ESPAGOSOGIALS N° 73 - Outubro de 2014 Contribuição: R\$ 1,00 PASSADAS AS ELEÇÕES PASSADAS AS ELEÇÕES

DEMISSÕES FALTA D'ÁGUA REAJUSTE DE PREÇOS

RETOMAR AS LUTAS!

Nacional

RETOMAR AS LUTAS CONTRA OS ATAQUES

DE DILMA E CONTRA A DIREITA

Crise da água em São Paulo

O CONTROLE SOCIAL COMO SOLUÇÃO DA CRISE DA ÁGUA

EDUCAÇÃO

Tendências e perspectivas para a educação pública e o trabalho docente

FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO

O Estado Islâmico e as bombas "HUMANITÁRIAS" DO IMPERILISMO

Hong Kong

A DESAFIANTE JUVENTUDE

RACISMO NOS ESTADOS UNIDOS

FERGUSON: É UMA REVOLTA DA POPULAÇÃO NEGRA E DE TODA A CLASSE TRABALHADORA

RETOMAR AS LUTAS CONTRA OS ATAQUES DE DILMA E CONTRA A DIREITA

As eleições transcorreram no marco do esgotamento do modelo econômico implementado pelo PT, que se baseava no crescimento do mercado interno de forma artificial, através do endividamento geral das famílias e do estado. Isenções de impostos, empréstimos pelo BNDES, obras de interesse das empresas, concessões (privatizações) de rodovias, portos e aeroportos também ajudaram a manter os lucros da burguesia. Mas agora não são mais suficientes. No marco de novos elementos de crise em nível internacional, e para recompor as taxas de lucro, ocorrerão ajustes nos preços, ataques aos direitos trabalhistas, arrocho salarial, alta de juros, aumento das tarifas públicas, etc.

No início deste ano, vimos várias lutas de categorias precarizadas que, se apoiando na correlação de forças aberta pelos movimentos de junho/2013, passaram por cima das direções pelegas e burocráticas, enfrentaram os tribunais burgueses e arrancaram vitórias importantes como as greves dos garis, rodoviários, e construção civil. As ocupações de terra nas cidades foram parte desse processo, conseguindo se manter e conquistar áreas para moradia. O movimento Contra a Copa também atingiu várias capitais, trazendo a denúncia dos gastos e das consequências com a Copa.

No entanto, a burguesia, os governos e a mídia agiam no sentido isolar, difamar e reprimir os movimentos e os setores mais radicalizados de esquerda, procurando

ao mesmo tempo já ir desviando toda a insatisfação das ruas para as urnas, para as eleições burguesas.

Conforme as lutas se propagavam para setores mais decisivos - como Metroviários e a Copa se aproximava, foi implementada uma ofensiva com a demissão de 42 trabalhadores na greve dos Metroviários, a repressão aos movimentos contra a Copa, e outros, através de processos e prisões de ativistas. Houve mais endurecimento e derrota de greves como a dos Institutos Técnicos Federais e dos Funcionários das Universidades (FASUBRA).

Mesmo não se revertendo completamente a relação de forças aberta em junho/2013, houve uma mudança para uma conjuntura reacionária, da qual a direita se aproveitou para crescer, com apoio da mídia. Um amplo espectro reacionário foi se formando, dando um salto no segundo turno com a declaração de apoio a Aécio por parte de Marina, PSB, PV, PHS e família Campos, com apoio de amplos setores da mídia. Essa busca de unidade com os setores mais reacionários fez com que a campanha do PSDB tivesse que ir abraçando posições mais extremas e complicadas, como a questão da redução da maioridade penal, e assumindo o discurso raivoso e preconceituoso pelas redes sociais.

Essa polarização PT x PSDB, apesar de falsa em muitos aspectos – pois ambos os programas e projetos são burgueses e muito parecidos entre si, com diferenças apenas de forma e ritmos –, mobilizou e polarizou setores sociais distintos social e politicamente. Contribuiu para isso, o fato de que o PT, para fazer frente à forte campanha contra Dilma por sua vez, teve que adotar um discurso mais à esquerda ao falar de disputa de "2 projetos de país" e chamar a luta dos "ricos contra os pobres".

Essa polarização, mesmo parcial, acabou envolvendo muitas personalidades e até setores de militância de movimentos sociais, que foram às ruas em campanha. Um sentimento de não deixar a direita mais visível ganhar tomou conta de amplos setores de massa e de vanguarda, e fez com que nas últimas semanas Dilma se consolidasse à frente, embora com pequena vantagem.

Nesse sentido, a derrota de Aécio e sua frente é parte de uma mudança de uma conjuntura reacionária para outra conservadora, a partir da visão de que é preciso conservar o emprego, os direitos, as políticas sociais e se contrapor ao crescimento da direita e sua influência reacionária em relação a vários temas como: políticas sociais, redução da maioridade penal, cotas raciais, questões LGBT, aborto, drogas, etc.

Essa conjuntura conservadora pode ser uma transição para outra conjuntura mais favorável à esquerda, à medida que as lutas se desenvolvam e coloquem possibilidades mais ofensivas. Pela dureza dos ataques após as eleições, o mais provável é que haja o redespertar dos movimentos sociais, provocando enfrentamentos das massas com a superestrutura política, jurídica (governo, Congresso, Justiça) etc.

Um governo mais instável, Porém mais duro com os TRABALHADORES

Um quadro bem diferente se coloca no pós eleições. Dentro de uma

conjuntura internacional bem mais desfavorável e com maior concorrência, há mais dificuldades econômicas para a burguesia, que não é uma classe homogênea. Seus vários setores passam a disputar mais ferozmente o mercado e o orçamento público, levando a rachas e lutas duríssimas entre seus vários partidos – que em última instância são



representantes de setores da burguesia – e que podem levar a crises no governo e no Congresso.

A base da política econômica do governo é o capital financeiro, com disputas entre os seus setores, assim como do capital financeiro contra os setores industriais, do agronegócio, das construtoras, e destes entre si.

O segundo governo Dilma deve ser ainda mais instável que o primeiro, para não citar os dois de Lula. A relação com o PMDB e com os demais partidos será muito mais conflituosa, no marco de um Congresso ainda mais à direita. Isso pode levar a derrotas do governo no Congresso, principalmente naquelas votações que possam beneficiar os interesses da burocracia materializada no PT, ou que toquem, ainda que minimamente, nos privilégios dos maiores partidos (como no caso da Reforma Política) ou ainda em temas que a direita se organize para impor.

É o caso da emenda que disciplinava o funcionamento dos Conselhos de representantes que, apesar de representarem muito mais espaços de cooptação das lideranças e legitimação das metas e limites da gestão, supostamente trariam algum espaço de pressão e fiscalização de demandas sociais junto aos municípios, estados e união. Esse decreto foi derrubado logo no dia seguinte à eleição de Dilma, para demonstrar a não aceitação às propostas da burocracia que visam ao gerenciamento do estado com envolvimento _ totalmente subordinado, relembre-se – por parte de representantes dos setores e movimentos sociais, contando com o voto do PMDB que, dessa forma, também enviou um recado ao governo de que quer mais espaço no governo e maior fatia do orçamento. Da mesma forma, o PT corre sérios riscos de sofrer

verdadeiro vexame na questão da Reforma Política.

Por outro lado, refletindo as necessidades gerais do capital, deve ser um governo muito mais duro contra os trabalhadores, já que agora há um consenso muito maior entre os vários setores da burguesia e também do PT em torno de um receituário mais clássico do neoliberalismo, em que o superávit primário (para pagar o 1,35 trilhão de juros e amortizações da Dívida Pública previstos Orçamento de 2015), o aumento dos juros, o ajuste de preços e tarifas, as reformas em prol do capital como Reforma Tributária, Reforma da Previdência e Reforma da Legislação Trabalhista, estão no centro.

Mas o que talvez unifique ainda mais a todos esses setores é a postura de endurecimento frente a cada reivindicação e luta dos trabalhadores e setores populares. Uma frente nacional contra as lutas e contra os ativistas se constitui, envolvendo todos os partidos do bloco do PSDB, mas também os do bloco ligado ao PT.

O PT pretende fazer frente à crise atendendo à agenda do capital, mas agora com menores margens para adotar novas políticas sociais de compensação que controlem/impeçam os movimentos. Os ataques aos trabalhadores terão que ser mais diretos, o que tende a tensionar todas as relações do governo e do PT com os movimentos e com setores da própria burocracia mais ligados à base.

Rebeliões sindicais em assembleias e greves – mesmo contra a vontade, e inclusive passando por cima das burocracias sindicais – estarão colocadas mesmo em categorias tradicionalmente mais controladas. Se essas rebeliões e processos de organização de base avançarem,

> podem levar a rupturas e construção de novas direcões.

A DIREITA FINCA SUA BANDEIRA, AFINA O DISCURSO E SAI ÀS RUAS

Em três mandatos (12 anos) à frente do governo, o PT não atacou as causas de

nenhum dos grandes problemas sociais. Não rompeu com o pagamento da Dívida, não realizou a Reforma Agrária, não enfrentou a especulação imobiliária nas cidades. Sua política de colaboração de classes fez com que restringisse e encaminhasse toda e qualquer demanda social dentro dos limites e de modo a beneficiar os lucros e a segurança para o capital. Assim, sem atacar a burguesia, as mínimas políticas sociais destinadas aos setores mais pauperizados tiveram contrapartida a piora das condições de trabalho e de vida dos setores mais qualificados da classe trabalhadora e a classe média (micro e pequenos empresários). Isso criou a base a para a disseminação pela mídia do ódio ao PT, à esquerda e às políticas sociais e de reparação racial.

Além disso, sua prática de convivência, elogio e concessões para a burguesia e setores reacionários (agronegócio, militares, igrejas, mídia, etc) deixaram a burguesia livre e tranquila para articular uma reação no sentido de retomar o controle político para seus representantes preferenciais, os partidos burgueses clássicos.

A polarização política entre PT e PSDB foi muito mais tensa no Sudeste e no Sul do que no restante do país. O setor de direita e reacionário que havia surgido nos movimentos de junho reapareceu. Não podemos ignorar um sentimento de separação e polarização que é real. O preconceito contra os pobres, nordestinos, negros, cubanos, etc é disseminado hoje de forma muito mais aberta e encontra respaldo em setores de massa.

Esses setores de direita se sentem à vontade até para sair às ruas, pedindo o impeachment de Dilma e a intervenção militar – um Golpe digase de passagem –, denunciando a corrupção do governo federal, mas se calando sobre a corrupção e a seca nos estados dirigidos pelo PSDB e seus aliados, ofendendo e acirrando a violência contra os setores de esquerda. O nome do Aécio sai como representante dessa unidade reacionária.

Por outro lado, podem haver manifestações e campanhas

governistas e de apoio à Dilma em nome do combate a essa direita, mas sem enfrentá-la de fato e a fundo. Uma disputa apenas aparente, enquanto encobre-se o essencial: que o PT se confronta, mas ao mesmo tempo sustenta e em grande medida se alia à direita.

A DIVISÃO E REBAIXAMENTO DO PROGRAMA IMPEDEM DESENVOLVIMENTO DA ESQUERDA

A atuação da esquerda é fundamental para disputar com a direita as ideias e iniciativas políticas. Assim, não podemos deixar de citar a falta de iniciativa política da esquerda (PSTU e PSOL), independente dos setores hegemônicos, que não tiveram nenhuma política maior para buscar a unidade da esquerda e pela base nas lutas. O racha do CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que se propunha a unificar a CSP-Conlutas e a Intersindical, fundando uma Nova Central unitária) trouxe o acirramento da disputa entre as correntes centralmente pelo controle dos aparatos, contrariando os interesses do movimento.

Nos últimos quatro anos, o PSTU apostou suas forças na unidade superestrutural (por cima) com as direções das centrais governistas, e em busca de unidades com setores cutistas como a *Cut Pode Mais* e outras forças do campo governista. Para viabilizar essa política, o PSTU acabou rebaixando seu programa e o da CSP-

Conlutas, deixando de se contrapor diretamente às centrais governistas, e não se colocou como alternativa socialista consequente nos principais enfrentamentos, nem mesmo quando aconteceram nas suas bases, como em São José dos Campos e outras.

Nas eleições, tanto PSTU, como PSOL, PCB e PCO não fizeram nenhum esforço real (não retórico) no sentido da constituição pela base de uma Frente de Esquerda que se colocasse como alternativa unitária de esquerda nas eleições. Cada qual privilegiou sua própria construção, em detrimento das necessidades do movimento.

Essa divisão e concepção de unidade somente quando está sob o controle e direção da sua corrente tem sido nefasta, aprofundando a fragmentação e contribuindo para o crescimento da direita.

QUAIS AS PERSPECTIVAS DA LUTA DE CLASSES?

Um novo processo de reestruturação produtiva já vem ocorrendo, e deve se acirrar com o desemprego, sobrecarga de trabalho ainda maior, precarização das relações de contratação, etc.

Assim, as lutas deverão se retomar a partir das demandas mais imediatas e às vezes mínimas por locais de trabalho. Também estarão colocadas lutas maiores envolvendo setores organizados da classe trabalhadora que tendem a ter seus direitos e empregos atacados. A partir daí, e combinandose com esse quadro, as lutas podem ganhar contornos maiores e mais políticos à medida que os projetos do governo se tornem mais visíveis, como no caso das Contrarreformas previstas.

Além disso, movimentos e até revoltas populares pela questão da água ou da moradia despontam no horizonte, podendo levar a um ascenso de massas, com novos desdobramentos na consciência e organização da classe

trabalhadora. Temos que acompanhar e intervir nesse processo para que avance no sentido da esquerda e da revolução, caso contrário, a direita é que irá capitalizá-lo.

IMPULSIONAR E UNIFICAR AS LUTAS CONTRA OS ATAQUES QUE VIRÃO!

O desafio de participar, apoiar e ajudar a desenvolver os enfrentamentos mínimos nos locais de trabalho, estudo e moradia; por onde devem se iniciar as lutas contra os efeitos dos ataques do governo e da burguesia; a superexploração nos locais de trabalho; e já se preparando para unificar essas lutas para enfrentar os grandes ataques previstos, deve apontar para a construção de fóruns de luta unitários e pela base.

É responsabilidade da CSP-Conlutas, Intersindical e demais forças de esquerda realizar os esforços para a unidade das lutas e movimentos. Nesse sentido, defendemos a formação imediata de um Fórum nacional de lutas, com caráter antigovernista e antiburocrático, para unificar as mobilizações que ocorram e apontar um Programa Mínimo, anticapitalista e socialista.

Com grandes ataques a partir do governo Dilma colocados já no horizonte, será preciso retomar as formas organizativas, mas desta vez a partir da base, de modo que o principais interessados, os trabalhadores, estudantes e membros dos movimentos populares, sejam quem determine os rumos do movimento, e não apenas as direções, pela cúpula.

Para o próximo ano, defendemos a realização de um **Encontro**

Nacional de Movimentos e
Ativistas para chamar os
trabalhadores a se porem em
mobilização, em defesa do
emprego e de seus direitos,
contra os ataques que já estão
começando, contra as
Contrarreformas da burguesia
e do governo Dilma, e ao mesmo
tempo para construirmos juntos
uma alternativa unificada de
esquerda e socialista para a
sociedade.



O CONTROLE SOCIAL COMO SOLUÇÃO PARA A CRISE DA ÁGUA

Durante as últimas décadas esteve em vigor a concepção de que a gestão estatal dos serviços públicos é intrinsecamente ineficiente e corrupta, portanto, devem ser privatizados. Afinal, a iniciativa privada e a busca pelo lucro supostamente levam à eficiência. A atual crise da água em São Paulo mostra o quanto essa concepção está errada. Afinal a SABESP, uma empresa semi privatizada, com ações negociadas na bolsa de valores, está dando provas de uma catastrófica ineficiência, ao deixar a população da Grande São Paulo ameaçada pela falta d'água.

No que se refere ao objetivo do lucro, porém, a SABESP foi bastante eficiente, já que nos últimos 10 anos distribuiu mais de R\$ 4,3 bilhões aos seus acionistas (http://jornalggn.com.br/noticia/sabesp-distribui-ate-60-dos-lucros-aos-acionistas-durante-governo-alckmin), entre os quais há inclusive investidores estrangeiros. Os proprietários privados ficam com o lucro e a população fica com o prejuízo e a falta d'água, esse é o resultado da privatização.

O DESASTRE DA GESTÃO PRIVATISTA

A SABESP é uma empresa de economia mista com maioria acionária nas mãos do governo estadual e o restante nas mãos de investidores privados. Mas, a lógica da sua gestão é inteiramente privada, voltada para aumentar os lucros a qualquer custo, mesmo que isso signifique sucatear o serviço prestado à população.

Na última ocasião em que a concessão da SABESP foi renovada, exatamente em 2004, o compromisso assumido com os órgãos reguladores federais foi de que a empresa investisse na ampliação dos reservatórios,, das estações de tratamento, na interligação e manutenção das tubulações. Se essas medidas tivessem sido tomadas na época, quando já era previsível o risco de falta d'água devido ao aumento de consumo na área urbana e à possibilidade de uma estação de poucas chuvas, não estaríamos

passando pela atual situação.

A empresa, porém, não cumpriu com as suas obrigações contratuais para com a população. Ao invés disso, preferiu pagar lucros milionários aos seus acionistas. Esses lucros, portanto, não são apenas

injustos, são também criminosos, de acordo com a própria letra da lei. É um assalto aos trabalhadores.

Ao invés de assumir suas responsabilidades, o governo do estado, que é o acionista majoritário da SABESP, pediu agora ajuda ao governo federal na forma de isenções de impostos e ajuda com as obras emergenciais de interligação das redes. O governo do estado é comandado há 20 anos pelo PSDB e em sua gestão "eficiente" usou a SABESP entre outras coisas para fazer doações para o Instituto que leva o nome do expresidente Fernando Henrique Cardoso, o iFHC, em 2006 (http:// terramagazine.terra.com.br/interna/ 0,,OI1352138-EI6578,00.html). O maior autor de privatizações na história do país recebeu doações públicas para defender suas idéias privatistas!

As privatizações feitas pelo PSDB ou pelo PT (que as faz com o nome de "concessões") devem ser chamadas pelo seu nome: são crimes contra a população, assalto ao patrimônio público, transformado em fonte de lucros fáceis para uma minoria de aproveitadores.

A LÓGICA DO CONTROLE SOCIAL

Para contornar a situação de crise no abastecimento da água é preciso impor uma outra concepção na gestão dos serviços públicos. Ao invés da privatização, defendemos a gestão sob controle social, que não é a mesma coisa que estatal. Afinal, enquanto estivermos no capitalismo, o Estado estará sob controle da classe dominante, a classe dos grandes empresários, e estará sujeito à



ineficiência e corrupção.

O Estado existe precisamente para disfarçar a existência da divisão da sociedade em classes, ao aparecer como representante de "todos" (quando representa na verdade apenas uma minoria), e o ritual periódico das eleições existe exatamente para reforçar essa crença e fazer com que todos acreditem que tiveram escolha (quando na verdade, o Estado continua sempre sob controle da classe dominante, qualquer que seja o partido eleito).

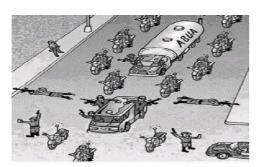
A concepção de controle social é o oposto da privatização (e também da simples estatização), pois significa que a classe trabalhadora, que é a classe que produz toda a riqueza existente na sociedade, exerceria o controle sobre essa riqueza. Os serviços públicos devem estar sob controle dos trabalhadores e usuários. Vejamos como isso se aplicaria no caso da SABESP e do abastecimento de água.

1) Defendemos, como uma primeira parte da solução, a total estatização da SABESP, ou seja, a expropriação das ações que estão em mãos de aproveitadores privados, e sem indenização. Na verdade, são os atuais proprietários da SABESP que devem indenizar os usuários pelos prejuízos causados pela falta d'água.

Essa regra da indenização por falha nos serviços já existe no caso do fornecimento de luz elétrica ou telefonia, e deve ser aplicada também no caso da água. Além de indenizar os consumidores, os proprietários da SABESP devem também arcar com os custos das obras emergenciais que terão que ser feitas para contornar a atual crise no abastecimento. Afinal, só

estamos nessa situação de emergência porque as obras não foram feitas no momento devido, conforme previsto nos acordos de concessão.

2) A estatização total da SABESP seria apenas a primeira parte da solução, já que deixaria a empresa sob controle do governo estadual de plantão, no caso o de Geraldo Alckmin. A segunda parte, que seria o controle social propriamente dito, exigiria que a empresa fosse controlada não por diretores indicados pelo governo do estado, mas por um Comitê de Representantes dos Usuários e Trabalhadores. Em cada bairro ou região seriam eleitos moradores representantes para atuarem juntamente na fiscalização



com os funcionários da SABESP para garantir que a água existente seja distribuída igualmente para todos.

Comitês populares nos bairros e Organizações Sindicais e de base dos Trabalhadores na luta pela água!

Evidentemente, tanto a estatização quanto o controle social exigiriam que a população em geral e os trabalhadores se colocassem em luta contra o governo do estado e também contra o governo federal, que existem para garantir os interesses dos proprietários privados da SABESP, que são parte da classe dominante à qual o Estado obedece. Entretanto, diante da situação de risco de calamidade em que estamos não haverá outra solução a não ser a luta.

Como primeiro passo dessa luta, defendemos a formação de Comitês Populares de bairros e Comitês de Luta Pela Água organizados pelos trabalhadores e por suas organizações de luta (sindicatos, centrais sindicais como CSP-Conlutas e Intersindical, etc.).

Esses comitês teriam como tarefas:

- ⇒ Unificar a luta pela água em um Comitê Geral!
- ⇒ Estatização da SABESP, sem indenização e sob controle dos trabalhadores!
- ⇒ Confisco dos lucros indevidos dos proprietários para indenizar os consumidores e custear as obras emergenciais!
- ⇒ Prioridade para o consumo humano e a sobrevivência, mesmo que isso signifique interromper as atividades de milhares de empresas.
- ⇒ Transparência na divulgação da quantidade de água existente, para que toda a população possa decidir sobre o seu uso.
- ⇒ Cotas de água para consumo diário por habitante, para que a população que mora nos bairros pobres receba proporcionalmente a mesma quantidade que a dos bairros ricos.
- ⇒ Estatização sob controle dos trabalhadores de todas as fontes, mi nas, poços e reservas, para que a água não se torne um privilégio dos que podem pagar.

TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS NO TRABALHO DOCENTE

Estamos diante de uma trama bem articulada entre governos e agentes econômicos que, a partir de uma demanda necessária, procuram inserir na Educação Pública brasileira um projeto educacional que busca atender aos interesses capitalistas de várias maneiras.

Pra isso, usa-se com intensidade a grande mídia, numa campanha maçante no sentido de viabilizar a aplicação desse projeto, a partir de resultados imediatos em avaliações externas. Com isso, alinha-se o processo educativo e o funcionamento das redes de ensino público com os interesses capitalistas inseridos nesses exames externos.

A reestruturação econômica, com suas políticas de ajustes estruturais visando à redução dos gastos públicos nos serviços sociais em prol dos incentivos e isenções ao empresariado, avança procurando convencer que:

"A noção de privado (e as privatizações) são glorificados como parte de um mercado livre, com total confiança na eficiência da competição, onde as atividades do setor público ou estatal são vistas como ineficientes, improdutivas, antieconômicas e como um desperdício social, enquanto o setor privado é visto como eficiente, efetivo, produtivo, podendo responder, por sua natureza menos burocrática, com maior rapidez e presteza às transformações que ocorrem no mundo moderno." (Torres, 2007, p. 115-116)

Essa constatação é importante, pois toda mudança, toda proposta para a Educação Pública partem dessa premissa.

Portanto, é necessário analisarmos, pensarmos e refletirmos bem como isto se dá no dia a dia das escolas.

CONTROLE E MONITORAMENTO POLÍTICO/IDEOLÓGICO DOS PROFESSORES

Acreditamos que no período vindouro, além das inadequadas condições de trabalho, não valorização e perda de direitos sociais, os professores enfrentarão de modo mais perverso o monitoramento e o controle de seu trabalho.

Trata-se de uma necessidade do ponto de vista dos interesses capitalistas, ajustar a Educação Pública aos interesses do mercado. Isso tanto em relação à adequação do currículo escolar com vistas à formação de mão de obra necessitada por estes e aos conteúdos cobrados nas avaliações externas – SARESP, PISA, IDEB... –

quanto em relação ao controle político/ideológico do trabalho do professor.

É com base nisso que os governos avançam na criação de sistemas de controle e monitoramento do processo educativo. Destacamos três: a Secretaria Escolar Digital (SED), na rede estadual de São Paulo; o Sistema de Gestão Pedagógica (SGP), no município de São Paulo; e o do Sistema de Monitoramento de Conteúdo (SMC), na rede estadual de Pernambuco.

Quando os governos – sejam quais forem suas legendas partidárias – falam em capacitação dos professores, tratase de enquadrá-los para se sujeitarem a esse controle, a esse monitoramento. Para aprofundar o projeto do capital na Educação Pública, os governos viabilizam a criação desses sistemas e expandem as Escolas de Tempo Integral.

EXPANSÃO DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL E PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO

A Educação Pública tornou-se mais um espaço de lucratividade para os capitalistas que já lucravam com a venda de apostilas, livros didáticos e prestação de consultorias, e que agora procuram ampliar seus lucros com a expansão das Escolas de Tempo Integral.

Não nos colocamos contra a ampliação do tempo de permanência dos alunos nas escolas. Inclusive, defendemos uma Educação Integral.

No entanto, discordamos do modelo de Escola de Tempo Integral que está sendo implantado pelos governos, pois está combinado com o avanço das parcerias público-privadas, ou seja, trata-se da privatização do Ensino Público. É por isso que o grupo Gerdal, Itaú Social, Fundação Bradesco, Instituto Natura, dentre outros, são tão interessados pela Educação Pública.

Trata-se de uma privatização que estreita o currículo escolar, não leva em consideração outras dimensões do processo educativo, e se atém apenas ao mérito individual dos alunos, pautando-se no empreendedorismo, leitura e realização de operações matemáticas básicas. E vai além, já que objetiva tornar o aluno submisso, que aceite tudo, sem perspectiva de um outro mundo.

No que se refere ao trabalho docente, o empobrece, pois o professor fica impossibilitado de realizar qualquer proposta curricular alternativa que não seja o currículo oficial. Além disso, a infraestrutura dessas escolas em nada são alteradas – com algumas poucas exceções, para propagandear que dá certo –, além de se aprofundar a política de bônus/mérito. Portanto, não muda em nada a condição de trabalho dos professores: é mais do mesmo.

POLÍTICA DE BÔNUS/MERITOCRACIA, ÍNDICES, METAS E ASSÉDIO MORAL

Em um país que compromete com a rolagem da Dívida Pública cerca de R\$ 1,002 trilhão – 42% do PIB –, o que corresponde 10 vezes o valor previsto para a Saúde e 12 vezes o investido na Educação, e com governos – relembrando mais um vez de todas as legendas – que priorizam obras e interesses de empresas, bancos, empreiteiras e agronegócio, os serviços públicos só funcionarão, é claro, de modo precário, com cobranças abusivas, assédio moral e autoritarismo.

Esse quadro de pressão tende a se acirrar no próximo período, pois os investimentos continuarão sendo escassos e com o processo educativo voltado para o atendimento dos índices e metas exigidos nas avaliações externas, o que levará o professor a duros embates com as gestões escolares.

Também continuaremos a lidar com os males da política de bônus/ mérito, dando a dinâmica de premiar e punir, reconhecer ou não o trabalho do professor. Tratamos como um mal essa política, por se tratar de algo que nos divide, nos fragmenta, quebrando os vínculos coletivos, tirando a nossa isonomia salarial e colocando o individual sobreposto ao coletivo.

A NECESSIDADE DE ENTENDER ESSE CENÁRIO E BUSCAR SAÍDAS DO PONTO DE VISTA ANTIGOVERNISTA, ANTICAPITALISTA E SOCIALISTA

Preocupado com o cenário e a necessidade de rearmar os professores no enfrentamento à ofensiva capitalista na Educação Pública, o Espaço Socialista realizou dois seminários: Educação e Luta de Classes e Divisão Social do Trabalho e Educação, e estará lançando ainda este ano o 4º número da Revista Primavera Vermelha, destinada à Educação.

A proposta é de uma revista que tenha um equilíbrio entre teoria e eixos gerais de campanha e orientação para os movimentos, servindo não apenas de instrumento de debate, mas também de apoio para os ativistas na compreensão de sua realidade e formulação de políticas concretas para os seus setores de intervenção. Esse número da *Revista Primavera Vermelha* procurou refletir os debates que ocorreram nos seminários que realizamos.

Desde já, conclamamos a todos os trabalhadores e seus filhos a se incorporarem nessa tarefa de grande importância. Temos que reagir coletivamente contra a ingerência do capital na Educação.

Essa reação se passa pela atuação conjunta de pais, alunos e professores no interior das escolas, devendo ser respaldada pelas entidades, oposições antigovernistas e anticapitalistas, e organizações consequentes.

Também é necessário o controle político por parte dos trabalhadores e seus filhos sobre a Educação Pública.

O ESTADO ISLÂMICO E AS BOMBAS "HUMANITÁRIAS" DO IMPERIALISMO

O mais novo pretexto para as potências imperialistas intervirem, bombardearem e saquearem o povo árabe chama-se: Estado Islâmico. As cenas de decapitação de jornalistas e relatos de enterrar "YAZIDIS" (minoria religiosa com elementos pré-cristãos, cristãos e islâmicos) são considerados fatos suficientes para justificar novos bombardeios "cirúrgicos" e a presença de tropas ocidentais aliadas aos Estados Unidos e Grã Bretanha na região. Mas quem são, como se organizam, o que querem e principalmente contra quem luta o movimento conhecido por Estado Islâmico?

A ORIGEM

O fenômeno político e social expresso pelos jihadistas do Estado Islâmico não começou com a violência perpetrada contra jornalistas ocidentais, minorias religiosas e nem com o anúncio da criação de um Califado(1) entre a Síria e o Iraque. Qualquer compreensão menos superficial do conflito deve considerar a longa história de disputas ocorridas na Ásia, norte da África e sua relação com o conjunto da Europa, bem como o desenvolvimento e a combinação dessas regiões no mercado mundial pré-capitalista, a atual fase de crise global do capitalismo, os acordos entre as potências imperialistas e sua influência na região. Mas, devido aos limites do presente texto, iremos nos concentrar no atual fenômeno da Jihad(2) como ferramenta das

potências imperialistas para impor seus interesses sobre os trabalhadores árabes e saquear suas riquezas.

Podemos iniciar a reflexão sobre a estreita relação entre a família Bush, as corporações de petróleo, as monarquias árabes e o próprio Osama Bin Laden com o filme FAHRENHEIT 9/11 (https://www.youtube.com/watch?v=3VP39M3F03YO) e por RAMBO III; eles demonstram o empenho do governo estadunidense

em criar, treinar e financiar os fundamentalistas afegãos contra a ocupação soviética. Iniciava-se então a 1ª Jihad, com a proposta de expulsar do Afeganistão as tropas soviéticas e seu estado laico, educação universal e demais costumes considerados ocidentais e infiéis.

A 1ª Jihad terminou em vitória contras as tropas soviéticas, significando a consolidação de uma lógica de combate de guerrilha uniformizada por uma interpretação islamismo (Wahhabismo do (3)) aparelhada da moderna tecnologia militar estadunidense. Significou também o fortalecimento do milionário árabe-saudita Osama Bin Laden como principal líder de uma rede de recrutamento de combatentes e recursos financeiros em prol da construção de estados islâmicos que adotem a Sharia (4) e costumes legalmente homofóbicos e machistas.

O recrutamento de jovens pela causa jihadista se nutre contradições da atual fase de crise global do capitalismo. Nesta etapa, o avanço tecnológico aplicado à industria armamentista, a comunicação e a conectividade mundial, a globalização de mercados, somados ao vazio provocado existencial pelo consumismo enquanto sentido de vida e único estímulo de convivência social encontram terreno fértil entre a juventude (inclusive a não árabe) superexplorada.

Se atualmente testemunhamos a decadência das condições de vida na Europa e EUA e os ataques contra as conquistas dos trabalhadores desses países para sustentar o lucro das corporações transnacionais, podemos perceber que no horizonte de amplas camadas da juventude só existe trabalho precarizado e violência e onde não cabe qualquer perspectiva de vida digna. Podemos entender também como o vazio existencial encontra na mensagem religiosa e no financiamento árabe alento e sentido para se dispor a pegar em armas e ser útil à causa que pensam ter escolhido.

OS TALEBÃS E A EXPERIÊNCIA AFEGÃ

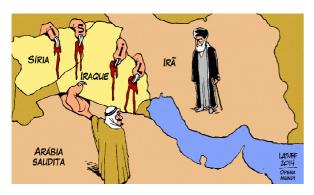
funcionamento em rede experimentado durante a 1ª Jihad foi aperfeiçoado e a vitória contra o famoso exército soviético serviu de poderosa arma de propaganda sobre a visão de mundo fundamentalista, do estado teocrático, do ressurgimento da imposição dos costumes religiosos sobre as mulheres e homossexuais. A disponibilidade de território seguro para instalação de campos de treinamento e doutrinação de recrutas encontrou no Afeganistão, durante cinco anos no governo Talebã, terreno fértil para se desenvolver. De célula política organizada em rede, a Al-Qaeda transformou-se em fonte de inspiração movimento internacional jihadista. Sob a doutrina religiosa fundamentalista e conectados à rede mundial de computadores, difundiu-se a concepção de que qualquer fiel, em qualquer parte do mundo, pode ser um combatente independente a serviço da visão de mundo islâmica

construída pelas monarquias da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar e Kuait (aliados dos EUA e financiadores de redes terroristas, segundo site wikileaks).



A 2ª INVASÃO DO TRAQUE E A 2ª JIHAD

Embora Sadam Hussein fosse considerado inimigo pelos *jihadistas*, devido a sua defesa



do estado laico e adoção de costumes ocidentais, a preparação da 2ª Guerra do Iraque significou a invasão da terra sagrada islâmica por infiéis ocidentais e marcou os EUA como principal inimigo do Islã, justificando o "ataque preventivo" jihadista sobre território estadunidense em 2001. Começava a 2ª Jihad e toda a geração nascida na década de noventa sofreu a influência da espetacular ação militar em território estadunidense, a 2ª desde a independência (a 1ª foi infligida por Pancho Villa no início do século XX). O culto ao terrorismo fundamentalista como vertente política e a visão de mundo islâmica fomentada pelas monarquias árabes ganhou novo alento.

intervenções militares intercontinentais impulsionadas pela Guerra Antiterror e a Doutrina do Eixo do Mal causaram, por um lado, perdas entre os quadros da Al-Qaeda, mas por outro espalhou sementes de suas células por todo o norte da África. Para impor seus interesses contra Kadhaffi, os EUA permitiram o armamento de grupos jihadistas na Líbia, e para ter influência sobre o petróleo sírio e derrotar Bashar Al Assad armaram diretamente forças rebeldes que na prática faziam parte do antigo Exército Sírio Livre do Iraque e Síria, atualmente Estado Islâmico.

A PRIMAVERA ÁRABE, O ESTADO ISLÂMICO E A 3ª JIHAD

Os interesses dos EUA no Oriente Médio e no norte da África sempre contaram com apoio das monarquias sunitas (5) do Golfo Pérsico, mas a partir da derrota de Saddam Husein (líder sunita, mas que não impunha o estado teocrático) e decomposição dos governos de coalizão que o sucederam, as monarquias sunitas intensificaram a colaboração com as correntes fundamentalistas e as células herdeiras

da rede Al-Qaeda.

A crise capitalista que estourou em 2008 na Europa mandou de volta para casa dezenas de milhares de imigrantes de diversos países norte africanos. Esses imigrantes, que passaram tempos trabalhando precariamente e enviando

recursos para suas famílias, encontraram seus países como o deixaram para emigrar. No Egito, a ditadura seguia em mais de 30 anos, desemprego, miséria, ausência de mínimas liberdades democráticas e brutal repressão policial era a marca de que o petróleo continuava enriquecendo as mesmas classes.

O jovem tunisiano, Mohamed Bouazizi, que ateou fogo ao próprio corpo para protestar contra as condições de vida, acendeu também o rastilho de pólvora sob o qual estava acomodado velhas e rígidas estruturas econômicas, sociais e políticas do mundo árabe.

Para contornar as reivindicações por melhores condições de vida, trabalho, educação, igualdade de gêneros e liberdades democráticas ao mesmo tempo que mantêm controle sobre as riquezas petrolíferas, as monarquias árabes se utilizaram dos sentimentos religiosos das massas para canalizar insatisfações e esperanças seculares. Aproveitando-se da miséria a que submetem a juventude árabe e do vazio existencial provocado pelo capitalismo ocidental, o jihadismo consegue canalizar toda a insatisfação popular em nome da construção de um pretenso Estado Islâmico de fronteiras móveis, regido pela Sharia, homofóbico, machista e que utiliza a linguagem da violência para se comunicar.

Financiado pela tributação do território com 8 milhões de habitantes, com a exploração do petróleo que controlam e com a colaboração dos reis e emires árabes, o Estado Islâmico segue cumprindo sua dupla missão: 1) impedir que as reivindicações e instrumentos de luta dos trabalhadores surgidos na Primavera Árabe se consolidem, destruam o aparato repressivo e privilégios das monarquias

árabes e coloquem o petróleo a serviço das necessidades dos povos árabes; 2) aumentar a área de influência das monarquias sunitas, destruir toda a influência liberal na política e costumes árabes, impondo a Sharia. Enquanto isso, as potências imperialistas se utilizam desse pretexto para intervir na região (ora de um lado, ora de outro), saquear as riquezas árabes, desenvolver o complexo industrial militar e disseminar o ódio entre os trabalhadores do mundo, estimulando rivalidades religiosas.

Só a unidade entre os trabalhadores árabes e a superação da crise de alternativa socialista promoverá o projeto político capaz de utilizar a riqueza que brota do solo árabe para atender às reais necessidades de seu povo, e poderá combater a miséria, o desemprego e a ignorância que alimentam o fanatismo de todas as vertentes, inclusive a religiosa.

- \Rightarrow O petróleo árabe pertence ao seu povo!
- ⇒ Contra a barbárie fundamentalista religiosa!
- \Rightarrow Nenhuma unidade com o imperialismo!
- ⇒ Pela unidade da juventude trabalhadora árabe!

Notas:

- (1) Forma islâmica de governo que representaria a unidade e liderança política do mundo islâmico, onde o Califa ocupa a posição de chefe de Estado e representa a continuidade da autoridade política do profeta islâmico Maomé.
- (2) Termo propagandeado pela grande mídia ocidental como "guerra santa", mas que em sua concepção original refere-se a "empenho, esforço, mediante vontade pessoal para alcançar a verdadeira fé.
- (3) Movimento revivalista iniciado pelo árabe saudita Muhammad Ibn Abd al-Wahhab (1703-1792); prega a purificação do islamismo para devolvê-lo às suas raízes do século VII, através de purga de práticas inovadoras.
- (4) Sistema de leis religiosas islâmicas para regular todos os aspectos da vida social, supostamente revelada de Deus, portanto perfeita, eterna e obrigatória para os indivíduos e para o estado.
- (5) Facção islâmica fundada na *sunna*, as práticas do profeta Maomé. Defende que o sucessor do profeta deve ser escolhido entre os fieis.

A DESAFIANTE JUVENTUDE DE HONG KONG

Desde julho milhares de estudantes participam de manifestações e boicotam as aulas (não a aprendizagem) em Hong Kong para participarem ativamente das decisões políticas do país.

São jovens universitários e secundaristas, a partir de 13 anos, que amargam a dura violência policial – como a que temos vivido no Brasil com a repressão às manifestações e presenciado em várias partes do mundo nesses últimos tempos – mas estão protagonizando a jornada de lutas chamada de "Revolta do Guarda Chuva" (usado pelos ativistas para se protegerem do gás de pimenta).

Lutam contra a decisão do parlamento chinês que aprovou uma medida limitando o número de candidatos a chefe de Estado para a eleição de 2017 em Hong Kong. No pleito poderá ter apenas dois ou três candidatos que, para concorrerem, deverão ter sido aprovados anteriormente por um Comitê Consultivo, de 800 representantes de setores econômicos e sociais, instituído pelo governo da China, possivelmente controlados politicamente pelo governo chinês.

E exigem, dentre outras pautas, a democratização das eleições, o voto direto, o fim da corrupção nos serviços públicos e a renúncia do chefe de Estado de Hong Kong.

A REALIDADE QUE PRESSIONA

Hong Kong é uma região administrativa da China e possui o status de "país com dois sistemas". Foi colônia do Reino Unido até 1997 e devolvida para a China. A partir do acordo, a China, mantém seus órgãos de defesa e as políticas externas, mas garante a preservação em Hong Kong do sistema econômico e do modo de vida até 2047.

É considerado um dos maiores centros financeiros internacionais e pela localização geográfica é por onde passa a maior parte das exportações chinesas. No entanto, enfrenta a desaceleração da economia. De 2012 para cá o crescimento do PIB vem caindo com projeção negativa para

2014. Mais de 1 milhão de pessoas vivem na linha de pobreza, que é igual a metade dos rendimentos médios. Os trabalhadores estão com os salários estagnados há anos (não acompanham o aumento da inflação e nem do custo de vida). Não existem leis que regulem a jornada de trabalho, hoje de 49 horas semanais.

A maioria dos sindicatos é controlada por forças políticas ligadas ao governo chinês, mas a partir das lutas dos últimos anos têm surgido novos sindicatos independentes, que são financeiramente pequenos e não conseguem ainda a adesão suficiente de trabalhadores. Mesmo assim, a Confederação dos Sindicatos de Hong Kong (HKCTU), independente e com raízes no movimento operário, chamou uma greve em apoio aos protestos.

Por outro lado, na China, que não é comunista coisa nenhuma - onde a estatização favorece um pequeno setor da sociedade (burocracia e burguesia), a classe trabalhadora é mantida sob intensa exploração e sob controle à custa de medidas antidemocráticas, que retiram o direito de livre organização e manifestação, também não controla os meios de produção e de distribuição da riqueza produzida no país - o governo condena os protestos e busca fortalecer o governo de Hong Kong, sobretudo para evitar que se estendam pela China, por Taiwan, Macau e Tibete. Embora, em Macau, cerca de 500 ativistas já manifestado tenham se solidariedade aos estudantes.

A partir da repercussão internacional e do apoio popular às mobilizações, o governo chinês recuou na intensidade da repressão, muito forte nas primeiras manifestações, para evitar comparação com da violência policial atual à do episódio do massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989, mas acionou a repressão "extra-oficial" das milícias pró-Pequim.

As dificuldades na luta

Alguns desses manifestantes já haviam participado dos protestos de 2012, quando mais de 100 mil



tomaram as ruas contra uma reforma na Educação que alteraria o currículo, estimularia o patriotismo e implantaria um programa de Educação Moral. Ocuparam a sede do governo até a derrubada do projeto de Reforma.

Esse ano, além do enfrentamento direto dos manifestantes com a repressão, com o governo chinês e com o governo de Hong Kong os ativistas enfrentam também problemas entre os ativistas.

Como no Brasil e em várias outras manifestações pelo mundo o rumo político, os métodos de luta, contra quem e contra o que lutar são questões fundamentais para não corrermos o risco de seguir à direita. No caso de Hong Kong parte dos ativistas não assume a pauta da transformação social do ponto de vista daqueles que produzem a riqueza do país e que compõem a classe trabalhadora. Alguns estão à direita e o discurso favorece a divisão e não a unidade da luta. Isso é importante para a burguesia, que precisa dos estudantes e trabalhadores divididos para continuar explorando.

A Federação dos Estudantes de Hong Kong (HKFS), a Occupy Central with Love and Peace" (OCLP), Paixão Cívica e Nativists são organizações que estão nos protestos. Estas duas últimas pregam o racismo contra China. A segunda é dirigida por E a HKFS esteve professores. à frente e construiu o protesto - com meio milhão de pessoas e a organização da ocupação de Julho - em que 511 pessoas foram presas, e em setembro chamou uma semana de greves estudantis em que teve apoio massivo com mais de 200 mil pessoas nas ruas.

Embora tenham organizações de esquerda anticapitalistas e antigovernistas à frente das



Trabalhadores do porto de Hong King em greve

manifestações, não possuem força suficiente para ampliar a luta para além das demandas eleitorais, mas agitam a necessidade de expandir e unir o movimento com greves operárias e a luta por democracia para o restante da China e Tibete. Esse período de manifestações estudantis expressa um processo de lutas que inclui setores operários, como a greve portuária, em 2013, que durou seis semanas. E se a luta se alastra as já muitas lutas dos trabalhadores chineses podem ganham um novo impulso.

A FALTA DA ALTERNATIVA SOCIALISTA NOS MASSACRA

Os estudantes universitários adotaram o lema "boicote às aulas, não à aprendizagem" e organizam conferências públicas em frente à sede do governo com professores e outros simpatizantes fazendo as intervenções. Os que não participam ativamente dos protestos se identificam através de fitas (amarelos apóiam o movimento, azuis apóiam a polícia e verdes são neutros dizem amar todas as pessoas de Hong Kong) e organizam ações de apoio para

arrecadação de água, remédio, servico médico, etc.

A luta tem sido longa e árdua. E verdadeiramente se repete nas várias partes do mundo com a juventude. Diferem as pautas, igualam as necessidades.

Não consideramos a China como socialista e nem comunista, pelo contrário, é um

país capitalista e com a burocracia estatal se apropriando, junto com a burguesia, do que é produzido pelos trabalhadores com uma brutal exploração e controle do poder com mão de ferro.

E Hong Kong é o bom exemplo da necessidade de superação do capitalista, da burocracia e da necessidade dos trabalhadores assumirem o poder e o controle das decisões que dizem respeito a nossas vidas.

A luta por conquistas imediatas ou democráticas, com toda a importância, possibilitam-nos avanços, não transformam as nossas vidas. Isso pudemos observar, por exemplo, na experiência da "Primavera Árabe" em que o movimento se limitou à luta democrática enquanto que setores burgueses (e até do imperialismo) se apropriaram dessa bandeira e conquistaram a direção política do movimento.

Com o avanço das ideias e das organizações de direita e fascistas – que buscam retroceder em qualquer conquista da classe trabalhadora, incentivam o racismo e a xenofobia

entre trabalhadores, dentre outras questões, para manter a sociedade controlada de cima a baixo beneficiando a burguesia – em Hong Kong pode-se dar algo parecido.

Em todos os momentos das últimas lutas e manifestações da juventude, em várias partes do mundo, temos nos deparado com as mesmas questões: A ausência da consciência de classe e de esquerda, a ausência da classe operária como sujeito político desses processos, a não unidade nas lutas das organizações anticapitalistas, antigovernistas e antiburocráticas e a ausência da alternativa socialista facilitam o trabalho para que as correntes burguesas se apresentem como direção para derrotar a mobilização.

Mesmo com as contradições e os limites das lutas, a juventude no mundo tem dado um novo impulso a todas essas manifestações. Somente com as lutas xs filhxs da classe trabalhadora irão aprendendo com os seus erros e acertos, fazendo experiências com as direções dos movimentos para se construírem como vanguarda classista e independente para dar saltos pela construção de uma alternativa socialista.

É urgente que filhxs da classe trabalhadora se reconheçam como parte da classe para que em cada ação consciente a dosagem de coragem, criatividade e força espalhadas pelo mundo possa fazer ruir esse sistema de exploração que nos obriga a despender de toda a nossa energia com sua barbárie.

FERGUSON: É UMA REVOLTA DA POPULAÇÃO NEGRA E DE TODA CLASSE TRABALHADORA

No dia 9 de Agosto desse ano, James Brown – jovem negro de 18 anos – caminhava com um amigo pelas ruas da cidade de Ferguson (em Missouri, Estados Unidos), quando uma viatura da polícia interrompeu o seu percurso. Mesmo estando o jovem desarmado e sem ter reagido, o policial branco Darren Wilson o confrontou e perseguiu até causar a sua morte, descarregando seis tiros. Era dia e várias pessoas testemunharam o assassinato.

O cruel evento desembocou numa

série de manifestações em denúncia do ocorrido, que se estenderam pelos últimos meses. A polícia local, com o apoio da Guarda Nacional, vem reprimindo as mobilizações da população com gás lacrimogêneo, balas de borracha e prisões – qualquer semelhança com a democracia brasileira não é mera coincidência.

O homicídio desse jovem não é um episódio acidental, muito menos um caso isolado de racismo: faz parte da rotina dos Estados Unidos. Assim como acontece

no Brasil, o racismo da sociedade norteamericana se expressa de várias formas. Para trazer alguns exemplos: a cidade de Ferguson tem 21 mil habitantes - a cada 3 pessoas, 2 são negras. O desemprego atinge metade da juventude negra, enquanto apenas 2 a cada 10 jovens brancos estão nessa condição. Outro dado interessante diz respeito à composição do contingente policial: em Ferguson, é formado quase na totalidade por policiais brancos. Passar por baculejos fazem parte do dia a dia da juventude negra na cidade. No ano passado, a cada 10 carros que foram parados pela abordagem policial, 9 eram dirigidos por negros.

Sabemos que é preciso ir além das aparências para entender esses fenômenos. Se nos contentarmos em enxergar a ideologia e violência racistas como meros impulsos desumanos e autoritários, sem buscar alcançar suas raízes, não saberemos como enfrentá-las, uma vez que o alvo do problema deixará de ser o que causa o racismo, para se tornar os indivíduos que sustentam e disseminam esses comportamentos atrozes.

A condição da população negra norte-americana possui elementos em comum em relação à brasileira: menor formação educacional (seja no ensino fundamental ou superior), reduzido acesso aos serviços de saúde e lazer, maiores taxas de desemprego, menores salários e assim por diante. A ideologia racista, por hábito, explica esses números através do que supõe ser a "maneira negra de se viver" — abstrai todos os determinantes sociais que rondam e torturam a população negra na atualidade.

Tal como se deu no Brasil, a população negra estadunidense foi composta por povos que foram sequestrados de suas terras natais (de 1500 ao século 18), durante o processo colonizador, para realizar trabalho forçado (fatigante, sob vigília e ameaça dos senhores de escravos) e garantir o desenvolvimento econômico das metrópoles europeias - berço da sociedade capitalista. Não há um só país deste grande continente (que engloba a América do Norte e a América Latina) que tenha se desenvolvido sem depender do trabalho escravo - seja de africanos ou indígenas: essa é a história da sociedade moderna.

Esses 11 milhões de indivíduos, arrancados da África, cumpriram papel fundamental na história de nosso continente: sob o peso das correntes, da fome, do encarceramento, da violência física e espiritual, garantiram o pleno florescer do comércio e da indústria da Europa. Com o trabalho nos latifúndios e nas minas, alimentavam o insaciável estômago do capitalismo com matériasprimas, o que se traduzia numa sempre crescente produção de mercadorias pela indústria europeia.

A população negra atravessou séculos de resistência perante os mandos



Protestos contra o assassinato, pela polícia, de Michael Brown, jovem negro desarmado

e truculências exercidas pela classe branca dominante. O fim do tráfico negreiro para os Estados Unidos se deu por volta da abolição da escravatura, que aconteceu em 1863. Como no Brasil, ao mesmo tempo em que representou o imenso avanço de libertação dos trabalhadores negros das correntes dos senhores de escravos, não os livrou do domínio da lógica que mercantiliza o ser humano, nem das piores condições de vida com que podiam deparar-se naquele país, uma vez que seguiam sendo os setores que enfrentavam as situações mais precarizadas, de privação de direitos sociais e políticos fundamentais.

A sociedade norte-americana, desde então, passou por uma série de transformações. Especialmente a partir de 1950, sob as bandeiras dos movimentos feministas e antirracista, a classe trabalhadora reuniu uma série de conquistas, como a lei que proíbe a discriminação étnica, de gênero e religiosa em escolas, no trabalho e em locais públicos (antes, alguns desses eram acessíveis apenas à população branca); a aprovação da lei que garantia o direito ao voto pela população negra; e o direito ao salário igual pelas mulheres.

Todas essas vitórias devem ser atribuídas às lutas coletivas dos movimentos sociais do país – e não, como nos ensinam os livros de História, às grandes mentes pensantes, de personagens políticos que sacaram ideais humanitários da cabeça. Foram direitos conquistados a partir de necessidades

cotidianas básicas dos trabalhadores, frente a uma sociedade que, além de estar dividida entre dominantes (que desfrutam da riqueza socialmente produzida) e dominados (que disputam o pão socialmente amassado), sustenta disparidades socioeconômicas entre as

categorias que compõem estes.

O ideário e comportamento racistas – estejam eles alojados na polícia, no Estado, na classe trabalhadora ou reproduzidos pela própria população negra – não podem ser entendidos como uma brutalidade que as pessoas decidem, espontaneamente, perpetrar contra uma minoria. Ele é uma expressão de um processo sócio-histórico – de grupos, gêneros, raças/etnias, nacionalidades etc. que enfrentam condições desiguais na vida social.

Isso também nos serve pra entender, por exemplo, porque a polícia – apesar de ser apresentada como a "força pública responsável segurança e bem-estar da população" (coisa que vemos ser desmentida a cada dia; pois cumpre o papel direto de manutenção do modo de produção capitalista) – torna-se fonte de medo pelos setores mais desfavorecidos e marginalizados da sociedade (70% dos americanos negros sentem-se injustiçados, quando comparam o tratamento que a força policial dá aos americanos brancos; no Brasil, uma pesquisa recente revelou que 80% da população teme ser torturada, se detida pela polícia).

Os trabalhadores não devem baixar suas cabeças frente à repressão policial: quando um trabalhador negro é humilhado, torturado e assassinado, somos derrotados, pois perdemos mais um de nós. Destruir essa tirania, certamente, passa pelo germinar de uma sociedade onde o bem-estar das pessoas não mais esteja sujeito às suas características étnicas, de orientação sexual, de gênero, nem de classe; a sociedade socialista representa o projeto político que pode pôr fim a essas opressões. Hoje, no entanto, temos o imperativo de lutar contra o extermínio dos negros, LGBTs, das mulheres e de outras minorias – as bandeiras das minorias são bandeiras de toda a classe trabalhadora!

Este jornal é editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org espacosocialista@hotmail.com

Siga-nos no face facebook.com/espacosocialista1